



Anais da Assembléia

N° 09

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Sefti - ● Oswaldo Trevisan - ● Luiz Henrique Bona Turra - ● Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Delfio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 08:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes:** Guionar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 10:** Eronidy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregoneze - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 02:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pericles de H. Mello; **PL - 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO - 02:** Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (●) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 06.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 1994

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Geraldo Cartário, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, e Rossoni (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Costenaro Neto, Arlindo Troian, Domingos Carvalho, João Preis, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino e Valderi Mendes Vilela (09). Em licença o Senhor Deputado José Arthur Ritti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente, reconduzir à Liderança do PMDB, para o ano de 1994, o Deputado Renato Adur.

Sala das Sessões, em 28.02.94

(aa) ORLANDO PESSUTI, DJALMA DE ALMEIDA

CÉSAR, NEREU ALVES DE MOURA, EURIDES MOURA, DOMINGOS CARVALHO, CLEITON KIELSE, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, OSWALDO TREVISAN, TOTI COLAÇO E SEVERINO FÉLIX.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 0174

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, Regime de Urgência na tramitação dos Projetos de Lei n°s 693, 694 e 744/93, de sua autoria, os quais propõem a outorga de título de Cidadania Benemérita do Estado do Paraná "post-mortem", a Joaquim Teodoro de Oliveira, Alfeu Teodoro de Oliveira e Antonio Teodoro de Oliveira, respectivamente.

Sala das Sessões, em 28.02.94

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 0202

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário a retirada do Regime de Urgência aprovado no dia 23.02.94 sobre o Projeto de Lei n° 29/94.

Sala das Sessões, em 28.02.94

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO N° 0175

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 578/93, de sua autoria, que estabelece normas para o debate de animais para consumo humano.

Sala das Sessões, em 28.02.94

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 0186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, por questão de ordem, conforme preconiza o Regimento Interno deste Poder Legislativo, a apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, sobre a constitucionalidade na apresentação de emenda o projeto de lei do Executivo, em matérias de iniciativa daquele Poder. A decisão tomada por esta Presidência em primeira votação de impedir a apreciação de emendas apresentadas por parlamentares, sua plena competência constitucional dá o caráter e poder ao Executivo de legislar, usurpando a função desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.02.94

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 0193

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente instrumento, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após a anuência do douto Plenário, seja oficiado o Senhor Secretário de Estado da Fazenda, e o Senhor Diretor da Coordenação e Receita do Estado, para que as congregações religiosas estabelecidas e com atividades no Estado fiquem isentas do pagamento do IPVA, sobre veículos de suas propriedades, já que não são empregados em fins econômicos.

Sala das Sessões, em 28.02.94

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Existem interpretações diferentes quanto a inclusão dos veículos automotores das instituições religiosas para benefício de que trata a alínea "b" do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal:

Artigo 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - Instituir impostos sobre:

- a) ...
- b) Templos de qualquer culto

Alguns juristas entendem que os veículos automotores das instituições religiosas são uma extensão do templo, já que são usados para levar o culto e a doutrina para as comunidades que não tem acesso aos templos, devido a distância ou outras circunstâncias. É verdade, que outros juristas não dão tal interpretação.

A nossa lei nº 8924/88, não prevê a isenção do IPVA para os veículos automotores pertencentes às entidades religiosas. No entanto, as delegacias da Receita do Estado adotam critérios e procedimentos diferentes quanto ao assunto. Existem unidades do Órgão Arrecador do Estado que cobram o tributo, e outras não. Existe, portanto, dualidade de critérios quanto a cobrança.

Notadamente, são elevados os propósitos da assistência espiritual ao indivíduo, que todas as instituições religiosas se propõem a fazer, algumas até mesmo suprimindo a ausência e a falta do Estado no atendimento aos direitos sociais do cidadão, levando com isso, ajuda material aos mais necessitados na dimensão social.

Acrescenta-se, ainda que as instituições religiosas não visam fins econômicos, o lucro em suas atividades. Consequentemente, é logo de entendimento, que havendo a inexistência do fim econômico, as mesmas devem ser beneficiadas com a imunidade tributária, independente da tipificação do bem.

REQUERIMENTO Nº 0199

Senhor Presidente.

A Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, SOLICITA de Vossa Excelência a apreciação da Questão de Ordem, de acordo com os arts. 104 a 106 e 130 do Regimento Interno, que adiante se apresenta:

- I - Na sessão realizada no dia 24 do corrente, esta Parlamentar e o Deputado Florisvaldo Fier apresentaram emendas ao Projeto de Lei nº 004/94, oriundo da Mensagem nº 006/94, mas ao invés do Senhor Presidente dar às emendas o encaminhamento legal, tomou outro procedimento, não as recebendo.

Tal decisão, sem precedentes, constituiu-se em atitude arbitrária, impedindo os Deputados subscritores das emendas de exercerem uma prerrogativa parlamentar.

- II - Diante do exposto, solicita sejam respondidas as seguintes questões:

- a) Qual a norma regimental na qual se baseou a Presidência para deixar de receber aquelas emendas?
- b) Este procedimento adotado por Vossa Excelência será estendido a todas as proposições que esta Presidência entenda como inconstitucionais? Por quê? Que normas regimentais ou constitucionais amparam este procedimento?

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) EMILIA BELINATTI

REQUERIMENTO Nº 0198

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 104, "caput" e § 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER esclarecimentos, por escrito, sobre matérias julgadas por Vossa Excelência no último dia 24 de fevereiro, última sessão, Questão de Ordem, que é levantada tempestivamente, visto que a proposição, originária da Discussão, abaixo especificada, continua tramitando nesta Casa de Leis.

Assim sendo, indaga:

- I - Quais critérios foram adotados por Vossa Excelência para receber do Poder Executivo e "julgar", isoladamente, constitucional à Emenda à Carta Magna do Paraná, concernente à quebra de sigilo bancário de candidatos ao Governo do Estado?
- II - Em quais critérios se fundamentou para recusar Emendas encaminhadas por Parlamentares da Oposição a Projeto do Executivo, alegando simplesmente serem inconstitucionais, e mais uma vez, depreciando a atuação da Comissão de Constituição e Justiça (Órgão competente para manifestar-se sobre aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legis-

lativa sobre as proposições apresentadas ao Legislativo, conforme art. 33, § 2º do Regimento Interno deste Poder) e até o soberano Plenário desta Casa?

III - Tendo em vista o tratamento desigual dado pelo Senhor Presidente à matéria de iniciativa do Poder Executivo e de iniciativa dos Deputados da Oposição, sendo que para um se arroga o Senhor Presidente, por sinal sem formação jurídica, e sem a menor preocupação legal, constitucional ou regimental, no direito de julgar constitucional e cabível, e noutro, rejeita, liminarmente, sem qualquer estudo mais apurado, matéria originada da bancada oposicionista, sob alegação de inconstitucionalidade. Com efeito, a presente consulta tem por finalidade estabelecer critérios, que doravante serão seguidos por esta Casa, na apreciação de matérias; tenham elas a iniciativa que tiverem. Daí a urgência desta questão de ordem.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 0181

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento de Júlia Vons, ocorrido nesta Capital. Tratava-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 0182

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento de Lúcia Helena Abraão, ocorrido nesta Capital. Tratava-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 0187

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Albino Corti, e o envio de expediente à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Albino Corti foi vice-Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste/PR na gestão 1983/1988. Homem dedicado ao seu Município e à família, ele soube conquistar a simpatia e o carinho de todos, que sempre exaltaram a sua conduta digna ao longo da vida. Lamentamos profundamente seu falecimento, e externamos nossas condolências a família enlutada.

Destinatários do requerimento: Senhora Deolinda Maria Corti (esposa); filhos: Alice Corti, Cláudio Corti, Eliane Fátima Corti, Luiz Raimundo Corti, Marilze Corti Blank e Raimundo Luiz Corti.

Endereço: Avenida Brasil, s/n - São Jorge D'Oeste/PR

CEP: 85.575-000

REQUERIMENTO N° 0191/0192

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Enoína Alves Schreiner, e o envio de expediente à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Enoína Alves Schreiner era viúva do primeiro Prefeito de Santo Antônio do Sudoeste/PR, e desempenhou com extrema dignidade a função de Primeira Dama do Município. Ao longo de sua existência foi mãe exemplar, mulher religiosa, e dedicou grande parte de sua vida na defesa dos interesses de sua comunidade. Sua morte causou profundo pesar em todos aqueles que aprenderam a admirá-la, e sua memória será sempre respeitada pela comunidade santoantonense.

Destinatários do expediente: Aderbal Schreiner, Percival Schreiner e Sinval Schreiner.

Endereço: Comércio de Bebidas Schreiner - Avenida Brasil, s/n

Santo Antônio do Sudoeste/PR

CEP: 85.710-000

REQUERIMENTO N° 0195

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consagração nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Albino Corti, e que do teor desta proposição seja dado conhecimento aos seus fami-

liares através do Dr. Luiz Raimundo Corti.

Sala das Sessões, em 28.02.94

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente o Município de São Jorge do Oeste perde um dos seus mais queridos fundadores. A sua passagem na história do Município deixa registrado o trabalho e luta de um grande homem que ajudou sobremaneira na estruturação social daquela comunidade.

Foi vice-Prefeito e assumiu interinamente o Poder Executivo. Era um homem de caráter invejável, de posição firme e que deixará uma lacuna que jamais será preenchida na sociedade.

REQUERIMENTO N° 0196

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador Gentil Rossato, do Município de Boa Vista da Aparecida, ocorrido no último dia 25 do corrente, e que do teor desta proposição seja dado conhecimento aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 28.02.94

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Boa Vista da Aparecida encontra-se de luto pelo prematuro passamento do Vereador Gentil Rossato, ocorrido no último dia 25 do corrente.

O nobre Vereador era agricultor e sempre trabalhou em favor da população menos favorecida do município, cujo reconhecimento por essa dedicação levou-o a ocupar uma cadeira na Câmara local.

Deixa uma lacuna naquele meio social que certamente jamais será preenchida, diante do seu passado de lutas em favor do povo.

REQUERIMENTO N° 167

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações, ao Senhor Governador do Distrito 4730, Silvio Paulo Prodohl, à Rua Celesti Santi n° 514, Curitiba, e ao Presidente do Rotary Club da Cidade de Rio Negro, Senhor Luiz Fernando Ramos Pinheiro, através da caixa postal 06, Rio Negro, Paraná, pela passagem no dia 23 de fevereiro do corrente, do 89° aniversário de fundação do Rotary Club Internacional.

Sala das Sessões, em 28.02.94

(a) ALCEU SAWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná, abriga 4 dos 38

distritos brasileiros, só o distrito 4730 abrange um quarto do Estado, integrando Curitiba, passando pelo Litoral, Rio Negro, Telêmaco Borba e Jaguariaíva.

O Rotary Club Internacional, até hoje segue a orientação do seu fundador o americano Paul Percy Harris, que é a de servir, praticando o "companheirismo como ferramenta da paz e compreensão mundial".

Lançou em Curitiba, o programa da horta vertical que agora está sendo levado a outras nações, e desenvolve campanha internacional pela boa visão, mediante o tratamento de doenças tais como catarata e outras, bem como, a doação de óculos a carentes, sendo que no ano de 1992 tornou conhecida sua luta pelas vítimas do vendaval que assolou o Município de Almirante Tamandaré em nosso Estado.

Motivos estes mais que justos para que esta Casa, através de seus representantes e por meio do nosso requerimento, prestem a justa homenagem aos rotarianos que sempre estiveram à frente das grandes campanhas desenvolvidas em benefício dos mais necessitados, prestando seu auxílio humanitário e financeiro.

Fiéis ao lema "Dar de si, antes de pensar em si".

REQUERIMENTO N° 0170

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação a CELEPAR - Companhia de Processamento de Dados do Paraná, que completa em 1994, 30 anos de existência.

A CELEPAR, vem ao longo de 30 anos, prestando serviços de ótima qualidade, o que mostra o grande desempenho de seus funcionários e diretores.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à CELEPAR, em nome de seus funcionários e de seu Diretor-Presidente, Paulo R. de Mello Miranda, à Rua Mateus Leme, 1561, em Curitiba.

Sala das Sessões, 28.02.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 0183

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de congratulações pela comemoração dos 31 anos de fundação do jornal "Diário do Popular", na pessoa do seu Diretor-Presidente, jornalista Doutor Abdo Aref Kudry, que completará no próximo dia 04 de março.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal "Diário Popular", ao longo de seus 31 anos de fundação, vem se perfilando ao lado das lutas do Paraná e da sua gente. Este importante matutino tem colaborado efetivamente na formação cultural, humana e intelectual da comunidade paranaense, além de dar destaques merecidos aos expoentes e líderes empresariais, educacionais e políticos do nosso Estado. Devemos destacar a pessoa do Doutor Abdo Aref Kudry, homem de imprensa, líder da Associação dos Proprietários de Jornais do Paraná e força engajada na trincheira da defesa dos interesses do Paraná.

REQUERIMENTO N° 0184

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de congratulações pelo aniversário da TV Esplanada Canal 7, em Ponta Grossa, ocorrido em 22 de fevereiro próximo passado.

Há vinte e dois anos o DENTEL procedeu à concessão para o início das atividades, quando a mesma passou a retransmitir a programação da extinta TV Tupi.

Até 31 de dezembro de 1992 a TV Esplanada retransmitia a programação da Rede Bandeirantes, administrada por um grupo de empresários pontagrossenses.

Após, a partir de 1° de janeiro de 1993, passou a retransmitir a programação da Rede Globo de Televisão, integrando, desde então, a Rede Paranaense de Televisão, dirigida pelo eminente Dr. Francisco Cunha Pereira.

Seus sinais abrangem toda a região dos Campos Gerais, Sul, Sudoeste, Norte Pioneiro do Paraná e São Paulo, mantendo-se como líder de audiência e principal veículo da mídia.

Requer, ainda que da decisão desta Casa seja dado conhecimento ao Diretor-Presidente, Dr. Francisco Cunha Pereira, na sede da TV Paranaense de Televisão, sito à Av. Batel, 1323, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 0188

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, votos de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Dr. Acácio Cambi, digno Juiz do Tribunal de Alçada, pela sua indicação, por merecimento, para o preenchimento do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em 1963 ingressou na Magistratura onde após per-

Curitiba, segunda, em 28.02.94

correr longo caminho viu-se promovido para o Tribunal de Alçada do nosso Estado.

Homem de cultura, equilíbrio e espírito de justiça, eleva-se agora ao último degrau da judicatura paranaense.

Por essas razões nosso voto, que queremos seja comunicado ao Exmo. Sr. Desembargador Acácio Cambi, como justa homenagem à sua carreira.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 0185

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de aplauso ao Engenheiro Florestal Senhor Nilto Melquiades da Silva, que está assumindo a Presidência da Federação de Tênis de Mesa do Paraná, em data de hoje. (Rua Des. Motta, 3.231 - nesta Capital).

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 0168

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, se oficie cumprimentando Prefeito, Presidente da Câmara e Vereadores, Comandante da 5.ª Região Militar do Exército, e o Presidente da Boca Maldita da Lapa, pelo sucesso das festividades relativas ao Centenário da Revolução Federalista, e particularmente, o Cerco da Lapa, no dia 09 de fevereiro, e ainda pelo 3º aniversário da Boca Maldita da Lapa.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

As festividades alusivas ao transcurso do Centenário da Revolução Federalista, revestiram-se de brilhantismo ímpar, tendo em vista o decisivo apoio dado as mesmas pela Prefeitura, Câmara Municipal da Lapa, Forças Armadas e pela Boca Maldita daquela cidade, que sempre se fizeram presentes na organização dos festejos.

A lendária Lapa, decidindo a sorte daquela revolução sangrenta, salvou a República.

O General Antonio Ernesto Gomes de Carneiro, tombando, "Chumbou o seu destino à cidade-mártir".

É o verdadeiro patrono da unidade nacional, sob o regime republicano.

REQUERIMENTO N° 0200

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a Vossa Excelência seja oficiada ao Chefe da Casa

Civil do Governo do Estado Sr. Caíto Quintana, solicitação de informações acerca da pesquisa de opinião encomendada pelo Governo do Estado junto ao IBOPE elencadas a seguir:

1 - É verdadeira a informação de que o BANESTADO realizou pesquisa de imagem e serviços junto ao IBOPE, no mesmo período em que se fazia a pesquisa de campo da pesquisa política?

2 - É verdadeira que a amostra da pesquisa do IBOPE para o BANESTADO coincidia com a amostragem da pesquisa política, tanto em tamanho como geograficamente?

3 - Que o governo determine ao BANESTADO fornecimento da lista das cidades e distritos onde a pesquisa foi efetuada.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

No momento em que a sociedade brasileira clama para que os poderes públicos ajam com seriedade e transparência, não se admite que o Sr. Chefe da Casa Civil Caíto Quintana quando indagado sobre quem havia encomendado a pesquisa dê uma resposta laconica e reticente respondendo que "isso é irrelevante".

A sociedade paranaense não pode ficar privada de esclarecimentos das ações deste governo, que aliás tem se caracterizado, pela mentira tentando sistematicamente conduzir o povo através da manipulação de mídia, transformando o dinheiro público em fundo partidário para as aventuras eleitorais do Governador e seus amigos, em detrimento dos investimentos essenciais e urgentes em saúde e educação tão carentes no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 0169

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Ricardo Sampaio, Digníssimo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região, apoiando a recondução do Dr. Rosaldo Jorge de Andrade, para as funções de Juiz Classista Representante dos empregados junto à 9.ª Junta de Conciliação e Julgamento desta Capital.

Sala das Sessões, em 28.02.94

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 0171

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Maurício Requiao de Mello e Silva, Diretor-Superintendente da FUNDEPAR, soli-

citando a liberação de recursos financeiros destinados a obras de reformas e ampliação da Escola Rural Municipal São Sebastião da localidade de Potinga, no Município de Rebouças.

A presente solicitação, visa tornar mais eficiente o atendimento escolar da área rural do município.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 0172

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a recuperação da malha viária urbana do Município de Araruna.

A presente solicitação, se deve ao fato, de ser intenso o tráfego de veículos pesados nas vias do perímetro urbano do Município de Araruna, que fazem a ligação com outros municípios como Campo Mourão e Cianorte.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 0173

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a liberação de recursos financeiros para obras de reformas na Delegacia de Polícia do Município de Peabiru.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 0180

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de instruir a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, quanto a uma melhor organização no controle de pagamentos de água efetuados nos estabelecimentos comerciais conveniados com essa Empresa.

O que originou o presente requerimento foi uma reclamação feita pela Sra. Neuci Schmitt, a qual afirma que pagou sua conta de água referente ao mês 04/93 no valor de CR\$ 0,30 (trinta centavos), na Farmácia Farmalize, porém, a mesma não prestou contas à SANEPAR, e conseqüentemente a água foi cortada, demorando muito para ser religada.

Pedimos que problemas semelhantes a esse sejam evitados, pois sérios transtornos foram causados à Sra. Neuci por falta de responsabilidade da farmácia, que recebeu a taxa e não prestou contas à SANEPAR.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 0194

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expedientes ao Exmos. Srs. Dr. José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Segurança Pública, Sr. Dr. Otacílio Gemenes Bovolim, Mui Digno Delegado Chefe da 2ª Sub-Divisão Policial de Paranaguá, Exmos. Srs. Ironaldo Pereira de Deus, Prefeito Municipal de Antonina, Sr. Antonio Felício Ramos Filho, Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Sr. José A. dos Santos, Prefeito Municipal de Guaratuba, Sr. Acindino R. Duarte, Prefeito Municipal de Matinhos, Senhor Júlio C. Salomão, Prefeito Municipal de Morretes, Sr. Carlos A. Tortato, Prefeito Municipal de Paranaguá, e aos Presidentes de Câmaras Municipais do Litoral, Vereador Aguinaldo S. Rosário, Antonina; Vereador Sr. Jozias França, Guaraqueçaba; Vereador José V. Travassos, Guaratuba; Vereador João Alboit, Matinhos; Vereador José A. Ramos, Morretes; Vereador Mário M. D. Roque, Paranaguá, enviando cópia de expediente encaminhado ao Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 0197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Mário Pereira, para que autorize o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, a proceder as melhorias necessárias nos trevos de acesso aos Municípios de Irati, Mallet e União da Vitória.

A vida humana é o bem maior e para que possamos preservá-las necessário se faz que deixemos nossas rodovias em satisfatórias condições de trafegabilidade, mormente os trevos de acesso a municípios onde o perigo é constante.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 0205

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Rogério Walbach Tizzot, Mui Digno Diretor Geral do DER-PR, reiterando o pedido de alargamento da Estrada PR-407, trecho entre a BR-277 e a PR-412.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) LOURENÇO FREGONSES

JUSTIFICATIVA:

De acordo com os dados estabelecidos da temporada de verão, foi intensa a movimentação de veículos na Rodovia PR-412, trecho entre a BR-277 e PR-412, e ficou perfeitamente identificado pelas reclamações recebidas que existe a necessidade do alargamento dessa rodovia, já que em vários locais, é curto o espaço que serve de acostamento.

Com o crescimento dos Balneários de Paraná, tornar-se imprescindível ao DER, realizar esse benefício e por essa razão solicitamos que seja enviado um pedido ao Ilustríssimo Senhor Doutor Rogério Walbach Tizzot, reiterando o pedido anterior.

Requeiro ainda que, do presente seja dada ciência as seguintes pessoas:

1. Prefeitura Municipal de Paranaguá, ao Excelentíssimo Senhor Carlos Antonio Tortato, Digníssimo Prefeito Municipal, à Rua Júlia da Costa - 322 - CEP- 83203-060; e ao Ilustríssimo Senhor Sebastião Ribeiro da Costa, Mui Digno Administrador Regional das Praias, mesmo endereço acima citado;

2. Câmara Municipal de Paranaguá, ao Excelentíssimo Vereador Mário M. das Dores Roque, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal, à Rua Visconde de Nacar, 728 - CEP- 83203.430.

3. Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, Senhor José Luis Boabaid, Rua Rodrigues Alves, 621- CEP: 83203-420;

4. Rádio Difusora de Paranaguá, ao Ilustríssimo Diretor Mário Mickus, Rua Professor Cleto, 305 - CEP- 83203.240;

5. Sindicato dos Condutores de Autônomos de Veículos Rodoviários de Paranaguá, ao Ilustríssimo Presidente José Alexandrino Ferreira Neto, Avenida Gabriel de Lara, 2.545 - CEP- 83.221.370;

6. Ilustríssimo Senhor Denízio Belotti, Presidente do Santa Mônica Clube de Praia, Rua Conselheiro Araújo, 366- ap. 101- CEP: 80060-230- Nesta Capital.

7. Lions Clube de Praia de Leste, ao Ilustríssimo Presidente Senhor José Daniel Vigário, Rodovia KM 18, CEP: 83200-000 Praia de Leste- Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 0206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, en-

vio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Rogério Walbach Tizzot, Mui Digno Diretor Geral do DER-PR, reiterando o pedido de acostamentos no trecho da PR-412, (entre Praia de Leste e Pontal do Sul).

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

As circunstâncias técnicas, demonstram perfeitamente que, uma das maiores causas de acidentes de trânsito na PR-412 (estrada Praia de Leste-Pontal do Sul), tem sido a falta de acostamento em toda extensão dessa rodovia, que no decorrer dos anos, tornou-se movimentada, até fora das temporadas de verão, com isso necessitando para seu melhor desempenho dos acostamentos. Com relação a essa importante reivindicação, constantemente os órgãos de comunicação do Estado do Paraná, abordam o assunto, explicando, com fatos detalhes, a importância dessa obra rodoviária e os benefícios que irá trazer, salvando vidas.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado um expediente ao ilustríssimo Senhor Doutor Rogério Walbach Tizzot, Mui Digno Diretor do DER-PR, solicitando com a máxima urgência a construção de acostamentos na rodovia entre os Balneários de Praia de Leste e Pontal do Sul, (PR-412).

Pedimos ainda que, cópias desse nosso requerimento sejam enviadas para:

1. Prefeitura Municipal de Paranaguá, ao Excelentíssimo Senhor Carlos Antonio Tortato, Digníssimo Prefeito Municipal, à Rua Júlia da Costa - 322 - CEP- 83203-060; e ao Ilustríssimo Senhor Sebastião Ribeiro da Costa, Mui Digno Administrador Regional das Praias, mesmo endereço acima citado;

2. Câmara Municipal de Paranaguá, ao Excelentíssimo Vereador Mário M. das Dores Roque, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal, à Rua Visconde de Nacar, 728 - CEP- 83203.430.

3. Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, Senhor José Luiz Boabaid, Rua Rodrigues Alves, 621- CEP: 83203-420;

4. Rádio Difusora de Paranaguá, ao Ilustríssimo Diretor Mário Mickus, Rua Professor Cleto, 305 - CEP- 83203.240;

5. Sindicato dos Condutores de Autônomos de Veículos Rodoviários de Paranaguá, ao Ilustríssimo Presidente José Alexandrino Pereira Neto, Avenida Gabriel de Lara, 2.545 - CEP- 83.221.370;

6. Ilustríssimo Senhor Denízio Belotti, Presidente do Santa Mônica Clube de Praia, Rua Conselheiro Araújo, 366- ap. 101- CEP: 80060-230- Nesta Capital.

7. Lions Clube de Praia de Leste, ao Ilustríssimo Presidente Senhor José Daniel Vigário, Rodovia KM 18, CEP: 83200-000 Praia de Leste- Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 166

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserida na Ata dos trabalhos de hoje, matéria publicada no jornal Gazeta do Povo do dia 19.02.94, de autoria do Senhor Ivo Arzua Pereira, reportando-se à Epopéia da Lapa e à Boca Maldita.

Outrossim, solicitamos que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento ao autor da matéria no endereço: Praça Rui Barbosa, 694, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) ALCEU SWAROWSKI

REQUERIMENTO N° 204

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Transcrição nos Anais desta Casa de Leis, do Discurso da ilustríssima Senhora Maria Cristina de Andrade Vieira, Mui Digna Presidente da Associação Comercial do Paraná, no manifesto à Nação "O Brasil está de Luto".

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) LOURENÇO FREGONSE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 039/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas com sede e foro em Terra Roxa.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A APOSTER - Associação Beneficente dos Aposentados e Pensionistas de Terra Roxa, como entidade civil com fins beneficentes, desenvolve um grande trabalho auxiliando as pessoas carentes, desprovidas de recursos próprios para seu sustento, bem como levando aos aposentados orientações e informações quanto aos seus direitos constitucionais.

Assim, pela importância do trabalho desenvolvido por essa entidade assistencial, faz-se justa a prerrogativa legal de declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI N° 040/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade

Pública o "Conselho Comunitário de Segurança de São José das Palmeiras", Associação Civil, sem fins lucrativos, constituído por representantes de todas as Associações de classe, assistenciais, clubes de serviços e bairros, e demais pessoas físicas e jurídicas interessadas em colaborar na solução dos problemas da comunidade, relacionados com a Segurança Pública, com sede e foro na cidade de São José das Palmeiras, Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, tem por finalidade, incentivar o bom relacionamento entre entidades e lideranças locais, com componentes do Destacamento da Polícia Militar e Delegacia de Polícia do Município, promover palestras, conferências, fóruns de campanhas educativas da ordem e tranquilidade pública, constituir com estudos e sugestões, ou através de meios materiais disponíveis, para o melhor desempenho e eficiência do Destacamento da Polícia Militar e Delegacia de Polícia do Município, fiscalizar a ação policial, sem ferir sua autoridade e auxiliar no combate às causas da violência e da criminalidade, levar diretamente à autoridade superior competente, as reivindicações e as queixas da comunidade.

Em beneplácito aos serviços prestados, o Conselho Comunitário de Segurança de São José das Palmeiras, foi declarado de Utilidade Pública, em âmbito Municipal, pela Lei nº 057/93, de 10 de dezembro de 1993.

Face ao exposto, passamos à consideração dos nobres parlamentares o presente pleito, aguardando o devido apoio e a conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 041/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Assistência Social Estandarte do Amor, com sede e foro na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.02.94.

(a) JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Atendendo a solicitação do Presidente da Instituição, Senhor Raymundo Gomes Madruga, formulada através do expediente da-

tado de 28 de janeiro do ano fluente, cuja postura administrativa, tem demonstrado sua competência e seriedade, à frente da presidência da Entidade, endossando portanto, o pedido de declaração de Utilidade Pública da ASSISTÊNCIA SOCIAL ESTANDARTE DO AMOR. Desta forma, encaminha-se então, o respectivo Projeto de Lei.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e da solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum, constituindo-se numa fonte de desenvolvimento social, contribuindo portanto, para a melhoria da qualidade de vida da população assistida.

Face às características e postura referidas, requer-se então, a declaração de Utilidade Pública da Instituição em apreço, uma vez que a mesma, atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6.994, de 10.01.78, que regulamenta a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PDT, concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não podemos deixar, neste momento, de registrar a nossa preocupação em relação aos últimos fatos ocorridos neste final de semana. Podemos presenciar, já às vésperas de um período eleitoral, a repetição do caso Ferreirinha no Estado do Paraná.

Vemos aí, a tentativa de se espalhar pelo Paraná em nome dessa grande liderança do Estado - Jaime Lerner, fax semelhante àquele caso criado pelo Ferreirinha, pelos hábeis profissionais da política paranaense.

Estamos registrando isso e, temos a certeza, de que a Justiça Eleitoral tomará as providências no sentido de que esse tipo de manipulação vergonhosa, safada e cretina que se cria por aqueles eternos profissionais da política paranaense, não sirva de exploração da opinião pública, buscando ganhar a eleição.

E hoje estamos dando entrada, nesta Casa, com um Requerimento com o seguinte teor. (O Requerimento em questão levou o nº 200 e está publicado no Expediente).

Este nosso requerimento, Senhor Presidente, com certeza será aprovado por este Plenário que tem decidido pela transparência dos atos dos diferentes Poderes. É fundamental que alguém assuma a responsabilidade por esse fatos que vêm sendo distribuídos e tentando jogar à opinião pública a verdade que ninguém quer assumir.

Esperamos que a Casa, com o dever de legislador e fiscalizador das coisas do Estado o Paraná, aprovelem este requerimento, onde demonstraremos a não convivência da Casa com fatos desta natureza.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Horário, ainda das Lideranças, está com a palavra o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, do PTB.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas quero que fique registrado em ata neste Parlamento, dois artigos publicados no jornal "Indústria & Comércio", na página nº 2, coluna OPINIAO, desse final de semana e de hoje. Esses dois artigos retratam a realidade no meu Estado do Paraná. Retratam uma verdade. Aliás, iria até mais longe. Esse artigo retrata a realidade do país, um país onde se dá a nítida impressão que a URV vai deixar o céu mais azul, que o pão vai custar mais barato, que haverá carteira escolar em todas as escolas brasileiras, que o estudante vai ter condições, a partir de amanhã, de comprar o seu material escolar, que o paralítico que anda pelos corredores desse Parlamento - que é pago com o dinheiro do povo, - pedindo, batendo na minha porta, na porta do Dr. Rosinha, na porta da Deputada Emilia, do Deputado Heinz, do Deputado Severino, do Deputado Dalton, do Deputado Zuk, pedindo, implorando a sua cadeira de rodas, enquanto a LBA é um cabide de empregos. Foi assaltada pela mulher do senhor ex-Presidente Fernando Collor, que tenho a amargura de ter votado nesta lacão, neste ladrão barato do País.

Ao ler os artigos do jornal "Indústria & Comércio", vejo o retrato do meu Paraná, um Paraná que no conjunto União da Vitória, Deputada Emilia, uma criança está morrendo de fome. Mandeí filmar para arquivar. Está morrendo de fome! Fome! Ela até poderia ser levada para a creche que o Prefeito Antonio fez: a Super Creche. Essa criança poderia ser levada para lá para ter um tratamento. A criança está morrendo de fome e não tem condições de um tratamento médico. O Hospital Universitário está tentando salvar a vida dessa criança.

Então, não é o Paraná que diz que aqui há comida farta, que está tudo muito bem, porque o Presidente do Conjunto União da Vitória mostrou no meu programa hoje, quase 700 pessoas desempregadas. Mas não é só lá não, Deputada Emilia, é em Curitiba, em Paranaguá, na terra do Deputado Fregonese, é em Assaí, terra do Deputado Severino. É em tudo quanto é lugar.

Então os artigos do Jornal "Indústria & Comércio" retratam a realidade do estelionato que aconteceu nesse Estado.

Então, há necessidade de reflexão. Lendo estes dois artigos, Deputado Dalton Machuca, você começa a fazer uma reflexão, uma análise, começa a repensar, começa a pensar se vale a pena ser Deputado, se vale a pena vir a esta tribuna, se vale a pena fazer projetos, se vale a pena pensar em termos de saúde, de agricultura, de saneamento básico, de habitação.

Vi esta semana uma família morando novamente em baixo da ponte, com os filhos passando fome.

Você vê a dona Sebastiana, que mora em Pinhais, abandonada. Corri até lá, fui ver o que esta senhora precisava... a mulher é cega, paralítica, aposentada, ganha um salário desgraçado, ordinário, cretino - pago por este Governo - e a mulher não tem dinheiro para se tratar, não tinha comida dentro de casa e ainda estava esperançosa, conversando com Cristo, falando que um dia as coisas iriam mudar.

Você fica pensando, analisando. Você pega um panfleto deste tipo contra o ex-Prefeito Jaime Lerner e você fica chateado, pensativo... Daqui a pouco vem um contra o Samek, que tenho a satisfação de tê-lo como amigo. Eu não sei, é só guerra, só ódio, só maldade em cima de maldade... E você pensando em que tem que construir.

Por isto que volto a dizer aos Senhores - talvez isto seja um desabafo - mas o Brasil não anda bem. Acho que no dia 03 de outubro temos que fazer uma reflexão muito grande. Temos que analisar o conteúdo da plataforma de trabalho de Luiz Inácio Lula da Silva. Eu nem sei... só tem um candidato até agora, o Deputado Luiz Inácio, não tem mais ninguém, entenderam? Você tem que analisar a proposta de outros candidatos, tem que refletir, sentar com sua família, conversar com ela.

As vezes converso com a Deputada Emilia - me permita, é minha particular amiga, conversamos muito - não adianta a gente só pensar em Deus na hora das amarguras, tristezas, dos sofrimentos, a gente tem que pensar em Cristo em todos os momentos da vida. E temos também que pensar em Paraná, em Brasil. A todo momento. A gente tem que ter vontade política. Mas tenho uma vontade política de trabalhar. Sou um cavalo para trabalhar. Mas chega uma hora em que você pára e pensa: "não sei se compensa; porque é só ódio, só inveja, só maldade em cima de maldade".

Você não entende... Você escreve uma carta para uma Fundação e não tem. Você manda uma carta para a LBA e não tem. Você tenta resolver o problema do medicamento sério, de uma Embaixada, aí você recebe - até das Embaixadas tenho recebido - sou Deputado, tenho que ir atrás, quem tem vontade política tem que trabalhar, mas você manda para o Ministério da Saúde e

Recebi neste final de semana um pai que veio lá de Cascavel, com a filha no colo, não tinha dinheiro para comprar um óculos, arrumou um passe na Prefeitura e a criança não pode ir a escola para estudar porque não enxerga o quadro-negro, não pode escrever porque não consegue enxergar. Então, temos que repensar este Paraná, repensar este País.

Por isto que quero deixar registrado, encerrado, nos anais desta Casa, os dois artigos deste final de semana, do jornal "Indústria & Comércio", os dois artigos são de fundamental importância. Há necessidade que o povo leia, reflita, analise: é o retrato da hipocrisia que acontece em meu Estado e no meu País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Deputado Colombino Grassano, do PL.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Não quero discutir se o destino político de Roberto Requião é o de estar, ou ter sido, governador do Estado do Paraná e até ser Presidente da República do Brasil.

Se a confiança que parcela considerável do eleitorado paranaense depositou em sua eleição - por causa ou não do "Ferreirinha" e do "Baiano da Foice", pouco importa - como Chefe deste Estado, há de ser respeitada. "Baiano da Foice e Ferreirinha" são assuntos da Justiça.

Ocorre que de há muito Requião quer ser Imperador da moda.

Nessa fúria incontrollável de ditá-la freqüenta a mídia e não respeita mais nada.

A decisão que de nós reclama o povo paranaense deve ser tomada levando em conta as prerrogativas indeclináveis do Poder Legislativo.

É preciso que se pare para pensar.

Requião quer agora - e não discuto da moralidade - legislar sobre direito federal.

E reclama o apoio da Assembléia Legislativa a uma idéia idiota em seu aspecto jurídico-formal.

Por isso é necessário que esta Casa se debruce sobre os mandamentos que Requião propõe sejam incluídos na Carta Estadual por proposta de Emenda Constitucional.

Ele próprio já admitiu a inconstitucionalidade da proposta.

E quer o quê?

Que na anêmica debilidade deste Poder, aceitando aquela sugestão, nos coloquemos todos irremediavelmente numa ridícula posição?

Requião mobiliza o rádio e a televisão

para o envenenamento da opinião pública através de uma técnica emprestada aos regimes totalitários.

Alguém pode se conformar com a permanente agressão a Magistratura?

Aos demais homens públicos do Paraná contra quem organiza uma campanha de ódio oficial?

Ora, se ficar temendo a mesma campanha, então não teremos merecido nossa eleição.

E nesse suicídio coletivo, obrado por quem pede a nossa destruição, não entra-rei.

Vou desapontar Requião se pensa contar com unanimidade. Que já disseram "é burra".

Não sei de que matéria intelectual é feito Requião.

Sei que os Congressistas Federais muito terão que imaginar para modificar a maior e mais sólida razão do Estado de Direito que são as garantias individuais do cidadão.

E isso far-se-á na Carta Magna.

A quem Requião quer impressionar com essa pernóstica Emenda à Constituição do Estado?

O Direito Constitucional não pode ser maltratado dessa forma, para que na orgia da parafernália propagandística, Requião obtenha nome nacional.

Pede-se calma ao Plenário.

Não vamos nos expor a correr perigo.

Requião pode até ter espírito público.

Mas, para nossa tranquilidade, pergunta-se: "é sério? Vamos admitir que é. É constitucionalista? Não é".

Diz-se advogado dentre outras profissões - inclusive a de Governador - mas pelo que parece não conseguiu entender Direito Constitucional como ciência, embora desfile na mídia como quem tivesse boa formação e bom raciocínio jurídico nas matérias infraconstitucionais.

A proposta de Requião é uma "trapalhada".

Toca música de ouvido.

Se lhe perguntarmos a nota tocada vai falar em "Samba de uma nota só" (Desculpem-nos João Gilberto).

A Assembléia revisora em que se transformou o Congresso Nacional, propõe uma "emenda revisional".

A ela adaptar-se-ão todos os Estados federados do Brasil.

Transformado como está, o Congresso Nacional, em Assembléia Constitucional Revisora, vem Requião e começa a "trapalhada" de enviar para a Assembléia Legislativa uma emenda à Constituição Federal (sic).

Na ciência do Direito Constitucional, consagrada por todos os povos modernos e civilizados, as Constituições podem ser

reformadas por dois processos distintos:

- A emenda e a revisão que são espécies do gênero reforma, e não podem ser confundidos.

A primeira segue as normas ditadas no texto permanente da Carta política e está sujeita a aprovação pelo voto de 3/5 dos membros da Assembléia (art. 64, parágrafo 2°).

Já a revisão Constitucional far-se-á - note-se bem - após a revisão de Constituição Federal, prevista no art. 3° do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Federal (A.D.C.T. da Constituição do Paraná, art. 2°).

Essa revisão da Constituição Estadual, tanto quanto a Federal, não é regulada nas disposições permanentes.

Ocorre que o Congresso Nacional está convocado para realizar a "revisão" constitucional e temos, obrigatoriamente, de interpretar o que é, na ciência constitucional, a revisão pelo óbvio contido no comando que ordena a reforma através desta espécie, e não "da emenda".

Elementar em direito constitucional que revisão "não é emenda".

Ora, impróprio será - é tecnicamente censurável - exercer a competência de "Constituinte revisor" através de "emendas constitucionais".

São esses dois conceitos que Requião mistura como sistematicamente reformadora.

E o que é pior.

Procura através de sua proposição - veja-se o absurdo - aprovar matéria revisional contida na Constituição Federal.

A estrutura legal brasileira - sem pretender ser didático - é uma espécie de pirâmide cujo topo é preenchido pela Carta Magna e cujas camadas inferiores, são ocupadas sucessivamente, até a base, por - no âmbito federal - leis complementares, ordinárias, decretos, resoluções e atos administrativos em geral, sendo certo de que nos Estados, as Constituições sequer "modelo" da Federal, em todos os escalões e a ela se submetem.

Se se puder visualizar uma forma de pirâmide - tal qual no Egito e na geometria - estaremos aptos a entender a concepção do Direito, como preconizou Hans Kelsen.

Por isso nenhum fato juridicamente relevante deve ser considerado sem que a visão piramidal se imponha, garantindo o pleno respeito das leis maiores.

Só assim, sem exceção, se resguarda o Estado Democrático de Direito, do qual trata o art. 1° da Constituição de 88.

Em verdade são três palavras que explicam tudo:

"Estado: Nação organizada em leis;

Democrático: pela vontade do povo, origem do poder; e

Direito: a lei acima do arbítrio, garantindo o cidadão".

Considero inaceitável qualquer ofensa ao direito.

É verdade - e tristonho eu testemunho isso no Paraná - que Requião, à custa de uma "maioria" que o repete, diz que "ganha na marra".

Se diz, ou se concordam com eles os Senhores Deputados do Governo, só resta dizer como o poeta Chico Buarque:

"O que será que será

O que não tem decência nem nunca terá

O que não tem censura nem nunca terá

O que não faz sentido

O que será que será

Que todos os avisos não vão evitar

Porque todos os risos vão desafiar

Porque todos os sinos irão repicar

Porque todos os hinos irão consagrar

E todos os meninos vão desembestar

E todos os destinos irão se encontrar

E mesmo o Padre Eterno que nunca foi lá

Olhando aquele inferno vai abençoar

O que não tem governo nem nunca terá

O que não tem vergonha nem nunca terá

O que não tem juízo".

Por isso não apresentei emenda a essa anomalia legal. Não visto "camisa-de-força".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Liderança do PFL.

(Declina).

Esta Presidência registra com satisfação a presença do Sr. Presidente da Câmara da Fazenda Rio Grande, João Maria Claudino; da Vereadora Ana; do Vereador Miranda; do Odenar; do Evausio; Eloir; Pedro Quirino e do Vereador de Mandirituba, João Barbosa Neto e João Mendes; bem como a presença do professor Milton Ribeiro.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Srs. Deputados Nereu Alves de Moura, Orlando Pessuti, Djalma de Almeida César e demais Srs. Deputados, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para a liderança do PMDB. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Dire-

toria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 020/93, de autoria Deputado Orlando Pessuti, que autoriza a realização de Plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré. **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J..

Diante das manifestações dos Srs. Deputados, quanto as divisas referentes ao presente projeto de resolução, esta Presidência deixa de colocá-lo em votação e retira da Ordem do Dia para melhor estudo.

ITEM 02

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 480/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que institui o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes, conforme especifica. Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J., C.F. e C.E.C.E.. (**Public. no D.A. n° 122/93, de 13.09.93**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 480/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, o Projeto de Lei n° 480/93, tem por finalidade instituir o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes, conforme especifica.

Da análise do referido projeto, tendo o mesmo como base a Lei Federal n° 8.436 de 25 de junho de 1992, e não encontrando nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARTHUR RITTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 480/93

P A R E C E R:

O projeto de lei, em análise, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, objetiva instituir o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes.

No âmbito desta Comissão, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação nesta Casa, opinando-se dessa forma favoravelmente ao seu encaminhamento à

soberana decisão do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI N° 480/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, este plano de lei institui o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes, conforme especifica.

No âmbito desta Comissão, analisamos a medida apresentada e não encontramos nada que impeça a sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Concluimos ser a medida justa e oportuna, razão pela qual apresentamos nosso parecer favorável à aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente
CLEITON KIELSE - Relator

Coloco este projeto em discussão, uma vez mais lembrando ao Deputado Bona Turra, que projeto idêntico essa Casa já aprovou. **Aprovado.**

ITEM 03

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 486/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo a conceder às Escolas da Rede de Ensino Público Estadual, dispensa aos seus alunos. Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.E.C.E.. **Aprovado.** (**Public. no D.A. n° 123/93, de 14.09.93**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 486/93

P A R E C E R:

O ilustre Deputado Dirceu Silveira Manfrinato propõe projeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a conceder às Escolas da Rede Ensino Público Estadual, dispensa aos seus alunos.

Analizada a matéria, a mesma encontra-se em conformidade com a Legislação que discipline a matéria, opinando, para tanto, pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI N° 486/93

P A R E C E R:

O plano de lei, objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder às Escolas da Rede de Ensino Público Estadual, poderes para a dispensa de seus alunos, quando da

realização de eventos educacionais e culturais promovidos pelo Estado em conjunto com os municípios em que se situam.

O plano de lei, logrou parecer favorável da C.C.J..

No âmbito desta Comissão nada há que obste a sua normal tramitação e pelo elevado alcance educativo/social da proposição, somos de parecer favorável a sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 06.10.93.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

JÚLIO BIFON - Relator

ITEM 04

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 688/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo ceder em doação, veículo ao Asilo São Vicente de Paula de Joaquim Távora. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado.** (Public. no D.A. n° 165, de 23.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 688/93

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei, no que diz respeito a seu aspecto constitucional, a iniciativa invade as prerrogativas exclusivas do Senhor Governador do Estado, elencadas na Constituição Estadual. Todavia, ao considerar o cunho meramente autorizatório do projeto, estando de conformidade com as técnicas legislativas, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 30.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 688/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, o projeto de lei em tela, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a ceder em doação veículo ao Asilo São Vicente de Paula de Joaquim Távora, no Estado do Paraná.

No âmbito desta Comissão, tratando-se de matéria autorizatória, não temos qualquer impedimento à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Neste sentido, somos pelo parecer favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

ITEM 05

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 689/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza ceder em doação, veículos às prefeituras municipais que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. (Public. no D.A. n° 165, de 23.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 689/93

P A R E C E R:

Trata-se de Projeto de Lei n° 689/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, "que autoriza o Poder Executivo ceder em doação, veículos às Prefeituras Municipais que especifica".

Por ser proposição meramente autorizatória, nos estritos termos da competência desta Comissão, inexistente óbice constitucional, legal ou regimental à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 689/93

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão, de autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, o projeto de lei em epígrafe que autoriza ceder em doação, veículos às Prefeituras Municipais que especifica.

Na Comissão de Constituição e Justiça o mesmo, após analisado, recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão o presente não contém qualquer óbice para sua aprovação, principalmente tendo-se em vista que o mesmo tem apenas caráter autorizatório.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Em discussão.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

O projeto de lei do Deputado Orlando Pessuti coloca a doação de ambulâncias para alguns municípios do nosso Estado.

Nós queremos dizer que a Lei n° 8.080, que criou o Sistema Único de Saúde estabelece a municipalização do Sistema de Saúde. Ao municipalizá-la, ela também estabelece quais os respectivos papéis da União, do Estado e do Município. E cada município

tem autonomia para definir a sua política de saúde, ouvindo o respectivo Conselho Municipal. E a transferência de recursos do Governo Estadual para os governos municipais se dará, também, em cima de um programa de saúde para aquele município.

Então, nós entendemos que o correto dever ser o município elaborar seu programa de atendimento à saúde, o Estado ter um programa, também, e no qual ele especifica quais são os municípios que receberão verbas, para que a verba e o montante desta verba.

Entendemos que este projeto do Deputado Orlando Pessuti nada mais é do que um projeto eleitoral, porque tem respectivo Conselho no Município para decidir. E tem a Secretaria Estadual de Saúde para elaborar projeto, programa de governo. Que aliás, diga-se de passagem, janeiro deste ano, Srs. Deputados, foi aprovado o programa de governo para a área de saúde do Estado do Paraná. Três anos após a posse do Governo Roberto Requião. E foi aprovado por um Conselho ilegal, uma vez que o Tribunal de Justiça concedeu liminar declarando inconstitucional o Conselho, por ter sido criado por decreto.

Portanto, tudo distorcido. É um Conselho inexistente, aprovando um programa atrasado e um Deputado fazendo clientelismo e fisiologismo político, doando ambulâncias.

É para isso que queremos chamar a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Tem a palavra o Deputado Orlando Pessuti, para fazer o encaminhamento.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Não existe e não reside neste projeto nenhum senso de demagogia nem caráter eleitoral, até porque a maioria dos municípios que terão sua situação regularizada não fazem parte da nossa base eleitoral, não são os municípios que no dia a dia atendemos.

Trata-se, este projeto, - a exemplo do projeto anterior, - de uma solicitação que nos foi formulada pela Secretaria de Estado da Saúde, através do seu titular, Nizan de Almeida, no sentido de que esta Presidência encaminhasse projeto para ser apreciado nas Comissões e neste Plenário, visando com isso regularizar a situação destes veículos perante as prefeituras. São todos veículos que já foram cedidos aos municípios há muitos anos. Não são todos eles ambulância. Têm outros tipos de veículos.

Esse Projeto deu entrada na Casa, e todos sabemos, no ano passado, tramitou pelas Comissões competentes e foi julgado

em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Não é do nosso conhecimento que tenha sido convocado o Secretário para prestar maiores esclarecimentos porque entendiam os Senhores Deputados não ser necessário.

É apenas e tão somente a normalização do relacionamento desses veículos com os Municípios. Os veículos já foram cedidos em regime de comodato há muitos anos, alguns devem estar até estalerados e sucateados dado o tanto de uso que já existe.

Então, não é distribuição de ambulâncias como pretende o Deputado Florisvaldo Fier.

Isso para nós já não é surpresa todas as vezes que se manifesta é no sentido de tentar manchar a imagem desse ou daquele Parlamentar.

O Projeto foi apresentado dentro daquilo que recomenda a técnica legislativa, tramitou na Casa, não encontrou nenhum óbice na sua tramitação e está aqui em Plenário para receber a aprovação dos Senhores Deputados.

Trata-se apenas e tão somente de regularizar a situação desses veículos que foram há anos passados, cedidos aos Municípios em regime de comodato. Não é nada de doação no presente momento e sim regularização de uma situação que não interessa mais ao Estado, pelo contrário, até no sentido de fortalecer os Municípios no seu trabalho na área da saúde diante da municipalização do setor de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Em votação.

Os Senhores Deputados favoráveis à aprovação do projeto permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/92, de autoria dos Deputados Severino Félix e Orlando Pessuti, que autoriza a realização do Plebiscito no Distrito de Tamarana, a ser desmembrado do Município de Londrina, e com limites e confrontações conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população sobre a criação do Município de Tamarana desmembrado de Londrina e com as divisas e perímetro urbano abaixo descritos.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

Com o Município de Londrina - Começa na

foz do Córrego Sutil no rio Apucarantina, segue por este até a foz do Córrego Faustino até a sua nascente, de onde em linha reta no sentido Nordeste alcança a cabeceira do Ribeirão dos Morais; desce por este e sua foz no Rio Apucarantina e por este abaixo até sua foz o Rio Tibagi.

Com o Município de São Jerônimo da Serra - Começa na foz do Rio Apucarantina, no Rio Tibagi, segue por este até a foz do Rio Apucarana.

Com o Município de Ortigueira - Começa no Rio Tibagi na foz do Rio Apucarana, sobe por este até sua confluência com o Rio Preto, segue por este até sua confluência com o Rio do Meio.

Com o Município de Marilândia do Sul - Começa no ponto acima descrito na confluência do Rio Preto com o Rio do Meio, segue por este até sua nascente, de onde em linha reta alcança a cabeceira do Rio Apucarantina, segue por este até a foz do Córrego Sutil, ponto de partida.

PERÍMETRO URBANO

Distrito de Tamarana

Principia no afluente do Ribeirão dos Morais, que cruza a Avenida 19 de dezembro, abrange o Jardim Juny, abrange os terrenos com testada para a Rua Demétrio Carneiro Siqueira, segue pela divisa Leste do lote 129, abrange a Igreja Congregação Cristã, segue pela estrada Arroio Grande, abrange os terrenos com testada para a Rua Rio Preto, Rua Mauá, Avenida Perimetral e daí segue até o ponto de partida.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.92.

(aa) SEVERINO FÉLIX

ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa neste momento, não levantar polêmica a cerca do plebiscito já acontecido, mas sim atendendo ao pedido de lideranças locais, dar condição para a realização de um novo plebiscito, visto terem veiculadas notícias em que irregularidades tivessem havido e que a estreita margem do lado vitorioso tivesse por assim desvirtuado a vontade do eleitorado.

Em assim sendo e de posse de documentos que perfazem a documentação para início de um processo de consulta plebiscitária, propugna-se novamente pela realização de plebiscito para que a população decida sobre a emancipação do Distrito de Tamarana.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 001/92

P A R E C E R:

Em 10.11.91, foi realizado plebiscito no Distrito de Tamarana e o resultado foi

desfavorável.

Agora, os autores deste projeto de resolução justificam a medida por supostas irregularidades ocorridas, veiculadas em alguns órgãos de comunicação e que o resultado acusou estreita margem do lado vitorioso (não).

No entanto não juntam qualquer documento formal ou comprovação da suposta irregularidade.

De início, procuramos verificar se o projeto não contrariava o disposto no artigo 237, parágrafo 3º do Regimento Interno, que prevê a reapresentação de projeto de resolução sobre plebiscito, quando o anterior for desfavorável, apenas em próxima Sessão Legislativa.

Parece-nos que neste caso, inexistente impedimento. Sendo o plebiscito anterior de 1991, este projeto de resolução foi feito nesta sessão legislativa de 1992.

Na primeira página do presente processo, há o cumprimento do disposto artigo 119, parágrafo 1º, em que está disposto que se a proposição for objeto de deliberação, será a mesma enviada à Comissão Competente, depois de numerada, registrada e extraída a cópia para a devida comunicação e publicação.

Como se disse, há ali o carimbo do Senhor 1º Secretário, informando ter sido lido no expediente concedido apoio, em 25.02.92.

Logo, responsabiliza-se a Mesa Executiva pelo cumprimento formal do presente projeto de resolução, quanto ao seu trâmite de plenário e apoio.

Ainda nos preocupamos em analisar o caso, sob a disposição do artigo 127, do Regimento Interno da Casa. Ali se impõe que "as matérias de projetos de lei, rejeitados ou não sancionados assim como a constante proposta de emenda à constituição rejeitada ou havida por prejudicada somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador".

A leitura deste dispositivo é clara quando se refere "as matérias de projeto de lei". Não há citação de outro tipo de projeto, como resolução. Parece claro que a intenção é de obstruir tão somente os projetos de leis!

Logo, não se faz necessário a maioria absoluta aventada em certos momentos.

Concluindo, trata-se de um caso inusitado.

Mas que não exhibe flagrante aspecto ilegal ou anti-regimental.

Daí, opinamos que o mesmo tenha seqüência regimental, até que o douto Plenário se pronuncie de forma soberana.

Esclarecemos que esta posição não antecipa nosso voto a respeito, que iremos proferir na ocasião em que se julgar o mérito.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 001/92

Art. 1° - Fica autorizada a realização do Plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Tamarana desmembrado de Londrina e com as divisas e perímetro urbano abaixo descritos.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

Com o Município de Londrina - Inicia no entroncamento a Estrada Barro Preto, rumo Leste, até a divisa com o patrimônio Guaraçara, do Município de Londrina, segue em linha seca, rumo Leste, até a cabeceira do Ribeirão dos Moraes; desce este Ribeirão até a Estrada Subestação, que liga Tamarana a Estrada da Usina; segue a Estrada da Subestação, até o entroncamento com a Estrada Pari-Paró; segue a Estrada Pari-Paró, rumo Leste, até a próxima estrada a Esquerda, que liga a Estrada Pari-Paró na Estrada Usina; segue a estrada a esquerda, até a Estrada da Usina; segue a Estrada da Usina rumo Leste, até o entroncamento com a Estrada Ivo Leão, deste ponto, segue por uma linha seca, rumo Leste, até a cabeceira da Água do Hibrain; desde esta Água até o Ribeirão da Pininga; desce este Ribeirão até o Rio Tibagi, ponto comum de divisa com o Município de São Jerônimo da Serra.

Com o Município de São Jerônimo da Serra - Inicia na foz do Ribeirão da Pininga, no Rio Tibagi, ponto comum de divisa com o Município de Londrina, sobe o Rio Tibagi, até a foz Apucarana, ponto comum de divisa com o Município de Ortigueira.

Com o Município de Ortigueira - Inicia na foz do Rio Apucarana no Rio Tibagi, ponto comum de divisa com o Município de São Jerônimo da Serra, sobe o Rio Apucarana, até a foz do Rio Preto, sobe o Rio Preto, até a foz do Rio do Meio, ponto comum de divisa com o Município de Mauá da Serra.

Com o Município de Mauá da Serra - Inicia na foz do Rio do Meio no Rio Preto, ponto comum de divisa com o Município de Ortigueira; sobe o Rio do Meio, até sua cabeceira; deste ponto, segue por uma linha seca, até a cabeceira do Rio Valência; desce este Rio, até sua foz no Rio Apucarantina; desce o Rio Apucarantina, até a estrada que liga a Rodovia Celso Garcia Cid com o Município de Mauá da Serra, ponto comum de divisa com o Município de Marilândia do Sul.

Curitiba, segunda, em 28.02.94

Com o Município de Marilândia do Sul - Inicia na estrada que liga a Rodovia Celso Garcia Cid, com o Município de Mauá da Serra, ponto comum de divisa com o Município de Mauá da Serra, no Rio Apucarantina; desce o Rio Apucarantina, até a foz do Ribeirão Santa Cruz; sobe o Ribeirão Santa Cruz, até a foz do Córrego Eldorado; sobe o Córrego Eldorado e por uma linha seca, rumo Noroeste, até o entroncamento da Estrada Barro Preto com a Estrada Eldorado, ponto comum de divisa com o Município de Londrina, onde deu início esta descrição.

PERÍMETRO URBANO

Distrito de Tamarana

Principia no afluente do Ribeirão do Moraes, que cruza a Avenida 19 de Dezembro, abrange o Jardim Juny, abrange os terrenos com testada para Rua Demétrio Carneiro Siqueira, segue pela divisa Leste do lote 129, abrange a Igreja Congregação Cristã, segue pela Estrada Arroio Grande, abrange os terrenos com testada para a Rua Rio Preto, Rua Mauá, Avenida Perimetral e daí segue até o ponto de partida.

Art. 2° - Esta Emenda Substitutiva Geral, ao Projeto de Resolução n° 001/92, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.94

(a) SEVERINO FÉLIX

JUSTIFICATIVA:

Por decisão das lideranças de Tamarana, foi modificado as confrontações do futuro município, sendo incorporado uma parte, vindo a alterar o projeto de decisão original.

Tem a presente Emenda Substitutiva Geral a finalidade de atender o solicitado, caracterizando em definitivo as divisas do futuro município de Tamarana.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 001/92

P A R E C E R:

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Resolução n° 001/92, não encontrou óbices regimentais e legais à sua normal tramitação por esta Casa.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 22.02.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

Apoiamento: Nelson Justus, Nilton Barbosa, Costenaro Neto, Paulo Maia e Toti Colaço.
Voto contrário: Ernani Pudell.

Em votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.
Desde que aqui neste Parlamento chega-

Curitiba, segunda, em 28.02.94

mos, temos votado favoráveis à realização de plebiscito e temos também questionado a criação de tantos Municípios no nosso Estado, as vezes com lei mal elaborada.

Neste caso de Tamarana, já votamos nesta legislatura a realização de plebiscito, a população daquela localidade disse não, e hoje volta a insistir que deve ter novamente o plebiscito. Acho que a vontade da população deve ser respeitada: dito não uma vez, porque insistir na realização de um novo plebiscito?

Nesse sentido nos colocamos contrário a este Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Está em votação o Projeto. Srs. Deputados favoráveis permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Vinte (20) Srs. Deputados aprovam.

Deputados que rejeitam o Projeto, queiram levantar-se.

Doze (12) Srs. Deputados rejeitam.

Está aprovado.

Sobre a mesa, Requerimento n° 166, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Aprovado.** (A Matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento n° 202, de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 167 e 168, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 169, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 170, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 171 a 173 e 197, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 174 e 175, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 180 a 182, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 183, de autoria do Sr.

Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 184, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 185 e 194, 205 e 206, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 187, 191, 192, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 188, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 193, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 195 e 196, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 200, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 186, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **À Comissão Executiva para apreciar.**

Requerimento n° 199, de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. **Ao Senhor Presidente.**

Requerimento n° 204, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 135, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O objetivo desse Requerimento é pedir transparência no despacho governamental, porque temos lido, quase que diariamente, nos despachos do Sr. Governador, que o Secretário do Trabalho e Ação Social sempre solicita a autorização para repasse de recursos para municípios e entidades assistenciais, conforme relação anexa.

Essa relação nunca vem para o conhecimento dos leitores do Diário Oficial e leitores privilegiados do Diário Oficial devem ser os Srs. Deputados.

Como o Orçamento Geral do Estado não estabelece verbas de auxílio a entidades assistenciais, não discrimina para quem devam ser dadas as verbas de assistência social, ficando a critério do Sr. Secretário de Trabalho e Ação Social.

Então requeri, através da Mesa, que

solicitasse informações ao Sr. Secretário para que informasse que naquelas autorizações dadas pelo Sr. Governador do Estado, fosse fornecida à Assembléia Legislativa a relação dos municípios beneficiados, das entidades beneficiadas com os respectivos valores.

É um requerimento simples, não há nada de tão grave para que seja escondido do Deputado e da Assembléia Legislativa, razão porque, solicitaria aos Srs. Deputados que, dentro daquilo que nos compete, porque nos compete acompanhar a execução não só orçamentária, mas os trabalhos da administração.

E a Secretaria do Trabalho tem em mãos, facilmente, a relação dessas entidades e dos municípios que foram aquinhoados nessas autorizações governamentais.

Obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Para Encaminhar) - O encaminhamento é simples.

Entendo sempre que as requisições e pedidos de informações devam ser aprovados por esta Casa.

Relativamente às subvenções sociais, o Deputado João Preis, recentemente, ainda ano passado, requereu essas informações que foram fornecidas por S.Exa. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social. Fornecidas - ao que sei, até o mês de setembro, ou outubro. De modo que não vejo problema, prezado Líder da Bancada do PMDB e do Governo, que se tivesse aprovação, até porque as informações já foram colhidas e compiladas pela Secretaria de Estado do Trabalho até o mês de setembro do ano passado.

Pedimos, portanto, um pequeno período que iria até fevereiro, que seria complementar àquelas informações já prestadas e como esta é uma matéria sobre a qual não podem pairar dúvidas ou suspeitas de nenhuma natureza, o encaminhamento que faço é pela aprovação da matéria, até porque a Secretaria de Estado do Trabalho já tem as informações compiladas e em grande parte, fornecidas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Em votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Rejeitado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - A Mesa irá proceder à verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Curitiba, segunda, em 28.02.94

Treze (13) Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, por favor, queiram levantar-se.

Dezesseis (16) Srs. Deputados rejeitam.

Rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 01, à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 001/92.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 480, 486, 688/93 e 689/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 082, 111, 425, 692 e 729/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LOURENÇO FREGONESE EM SESSÃO DO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 1994.

MANIFESTO À NAÇÃO

I. A CONSTATAÇÃO

O Brasil está de luto. Morreu a felicidade de sua gente. Morreu a criança desnutrida; morreram o doente e o velho, por falta de assistência; morreu o homem vitimado de acidente, pela não conservação e sinalização das estradas; morreu o brasileiro pelo abandono, pela falta de instrução, pelo desemprego, pela fome, pela violência.

Vítima do egoísmo, das vaidades, da mentira, das reservas de interesses, dos monopólios e cartéis, do corporativismo, do excesso tributário, da inflação e da má aplicação de recursos públicos; vítima da violência e da corrupção.

II. A POSIÇÃO

Não suportamos mais o domínio e o poder em mãos de quem não serve ao interesse público, mas deles se serve em benefício próprio ou de grupos privilegiados.

Não aceitamos que o dinheiro público seja gasto em promoção pessoal, em desperdícios, em salários imorais, em superfaturamentos e em despesas financeiras gigantes, assim inviabilizando atender-se minimamente as despesas típicas de Estado, como saúde, a educação e a segurança, do que resulta aumento irracional de tributos e terrorismo fiscal.

Exigimos orçamentos e leis mais justas, que não beneficiem alguns em detrimento da maioria do sofrido povo brasileiro. É imperativo que as reformemos já.

III. A ESPERANÇA

Resta-nos a confiança de que possamos juntar nossas combatidas forças em busca das mudanças necessárias. A esperança de que possamos nos unir, trabalhadores e empresários, profissionais liberais, intelectuais, educadores, artistas, homens de bem, enfim, que exercitem a solidariedade e a ética, que creiam na Democracia, no Direito e na Verdade, na capacidade de empreender, na leal competição.

IV. A LUTA

BRASILEIROS: convidamos a todos para cerrar fileiras em torno de um ideal maior: o renascimento do BRASIL.

Construamos o País da certeza, de uma vida digna para o seu Povo. LUTEMOS por uma Pátria mais justa, sem privilégios, mais humana.

Por tudo isto, conclamamo-os à luta para derrotarmos:

- 01) a corrupção;
- 02) a demagogia;
- 03) a hipocrisia;
- 04) a estatização e o corporativismo;
- 05) os monopólios e os cartéis;
- 06) o excesso de tributos;
- 07) os juros altos;
- 08) a inflação;
- 09) a recessão;
- 10) a impunidade e a omissão política.

Em síntese, à luta para resgatarmos a credibilidade e afastarmos definitivamente do nosso meio o desemprego e a miséria.

V. O PRIMEIRO PASSO

Não trazemos fórmulas prontas ou acabadas, mas a disposição de colocarmo-nos a serviço do bem comum, os nossos sentimentos mais puros em favor das boas causas, a vontade de vermos proclamado o fim da corrupção e a concretização das reformas estruturais de que o País se ressente. Enfim, de lutarmos, de exercitarmos a cidadania, isto é, realizarmos a política como ela deve ser praticada.

Inúmeras são as causas que nos impedem, outras tantas atitudes e providências que nos faltam, para que possamos renascer e crescer.

Dentre as causas/efeitos do atraso em que nos encontramos, duas são contundentes: a falta de ética e o excesso da carga tributária.

Sob o prisma ético, se impõe uma radical mudança de atitude. Sempre que tivermos que praticar um ato ou tomar uma decisão, seja à frente dos negócios públicos, seja dos particulares, devemos inda-

gar das autoridades e de nós mesmos:

- a) é honesto?
- b) é a verdade?
- c) é justo?
- d) constitui privilégio?
- e) é prejudicial aos mais fracos?
- f) é legal?

Quanto à carga tributária, é ela, com certeza, uma causa/efeito do atraso em que nos encontramos, talvez a mais evidente: por um lado, revela a desproporção e a ineficiência do Estado; por outro, onera o sistema produtivo. Não nos esqueçamos, também, que o tributo é pago pelo consumidor, pois o imposto integra o custo do produto, com uma participação cada vez maior no preço final das mercadorias.

Com o peso excessivo dos impostos e dos encargos burocráticos de seu controle e arrecadação dentro da própria empresa, que prejudicam a competitividade, a formação de preços e a capacidade de investimento - vemos inibidas e impossibilitadas a iniciativa dos cidadãos, a criatividade e o investimento, conseqüentemente as novas oportunidades de empregos aos brasileiros.

Por isso, acreditamos ser necessário um primeiro passo, a concretização de uma reforma tributária, que contemple um sistema mais racional e que reduza o custo da produção, em troca de mais empregos, configurando o binômio:

MENOS IMPOSTOS MAIS EMPREGOS

Afastemos as distorções e os empecilhos. O setor privado, com sua criatividade, competência, iniciativa e competição, será o realizador do desenvolvimento, devendo ter no setor público um parceiro e não um adversário.

As medidas a serem tomadas devem ser de longo alcance. Medidas paliativas ou circunstanciais adiam a solução definitiva da crise.

Mostremos a nossa indignação. O Brasil haverá de renascer ao resgatarmos a plena cidadania.

LUTEMOS PELO BRASIL

Curitiba, 24 de fevereiro de 1994.

AÇÃO CONJUNTA DE
TRABALHADORES E EMPRESÁRIOS
DO PARANÁ

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALCEU SWAROWSKI EM SESSÃO DO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 1994

A EPOPEIA DA LAPA E A BOCA MALDITA

Ivo Arzua Pereira

Em passado longínquo, houve quem subestimasse a histórica estratégia militar do General Antonio Ernesto Gomes Carneiro,

retendo em torno da Lapa, durante 22 dramáticos dias, as tropas federalistas - os maragatos, comandados pelo revolucionário Gumerindo Saraiva.

Ao longo do tempo, porém, firmou-se e consolidou-se, definitivamente, o imparcial julgamento da História: a épica resistência da Lapa, defendida por uma pequena mas destemida legião de bravos, desde o dia 17 de janeiro a 09 de fevereiro de 1894, propiciou ao governo da República, o tempo necessário para planejar o contra-ataque, armar seus batalhões e fazer refluir as tropas federalistas para o Rio Grande do Sul, onde finalmente, depuseram as armas.

Eis porque a História, seja através da opinião dos republicanos, seja dos próprios federalistas, deu o seu veredicto final: a epopéia da Lapa foi decisiva para a consolidação da República.

Quase meio século depois, um outro fato histórico, de dimensões mundiais, veio demonstrar a extraordinária importância militar de estratégias como a do General Antônio Ernesto Gomes Carneiro.

Em meio ao estrugir da II Guerra Mundial corria o ano de 1941, quando um exército de 340.000 aguerridos nazistas sitiou a cidade de Stalingrado, na Rússia.

O impiedoso e sanguinolento cerco de Stalingrado, que durou dois meses, constituiu-se num dos mais famosos e discutidos episódios militares de todos os tempos. Stalingrado foi totalmente arrasada, mas não pôde ser conquistada.

A renhida resistência da cidade propiciou o tempo requerido para a reorganização e o rearmamento das tropas soviéticas que, em um encançado contra-ataque, obrigaram os nazistas à rendição total, constituindo-se essa na primeira grande e fragorosa derrota infligida à, até então, invencível Wehrmacht.

Portanto, no mesmo modo como a gloriosa resistência da Lapa salvou a República, a resistência de Stalingrado salvou Moscou e a Rússia da conquista hitlerista.

Este marcante episódio da II Guerra Mundial demonstra, cabalmente, a validade, oportunidade e transcendental importância militar da estratégia do general Antonio Ernesto Gomes Carneiro, que transformou a, até então, desconhecida e humilde Lapa, no grande baluarte nacional da nascente República.

Mesmo curvando-se a esses incontestáveis eventos históricos ainda há, hoje em dia, aqueles que, dominados pela omissão, a indiferença, ou o cinismo, ignoram ou até menosprezam a transcendental importância de atos heróicos como os do imortal general Antonio Ernesto Gomes Carneiro e de seus 477 bravos comandados.

Por isso não é demais lembrar o funda-

mental papel desempenhado por heróis da estirpe do General Carneiro, ao longo da milenar e fulgurante caminhada do gênero humano.

Foram eles que balizaram essa cintilante trajetória da humanidade, com imprecíveis atos de bravura e renúncia, mudando os rumos da História das Nações e da própria História Universal.

Assim aconteceu no Brasil, nos idos de 1894, um século atrás, quando o intrépido general Antônio Ernesto Gomes Carneiro e seus 477 valentes comandados, escreveram uma das mais heróicas páginas da História do Brasil.

Daí surgem, espontaneamente, as perguntas: que é um herói? Como surgem os heróis? Há necessidade de heróis, modernamente?

Em sua obra "Heroism and Fortitude", Josef Pieper afirma que herói é todo aquele que, com o risco da própria vida, defende intransigentemente tudo aquilo que aceitou como Verdade e como elemento gerador do Bem e da Justiça.

É o que aconteceu com o general Gomes Carneiro e seus indômitos comandados, que acreditavam nas verdades republicanas, aceitando-as como um bem maior que a própria vida.

A segunda pergunta - "como surgem os heróis?", Chaim Potok, um novelista norte-americano, responde que "os heróis surgem quando uma nação regurgita de tanta vitalidade, que o povo dispõe-se a viver de acordo com os valores que adota e pratica livremente, e a morrer em sua defesa.

Foi o caso dos heróis da Lapa: numa época em que a nação esplendia de civismo e idealismo, aceitaram os ideais republicanos e dispuseram-se a morrer por eles.

A terceira indagação - "o mundo moderno precisa de heróis?", o autor da obra "We Must Have Heroes", escritor S. L. A. Marshall argumenta que: "se a vida neste planeta chegar a degenerar a um tal grau, que os grandes sacrifícios pelo bem dos demais já não parecem dignos de serem assumidos por alguém, teríamos então a perfeita imagem da total rendição ao egoísmo", levando o mundo ao caos social, político e econômico, como parece que está acontecendo em nossos dias.

Mas os heróis sabem, por formação e crença, com mais agudez que os demais mortais, que há coisas piores que a morte. São elas: a perda da dignidade, o orgulho nacional e da esperança num esplendoroso futuro da nossa Pátria, que é o venerado jazigo dos nossos inesquecíveis pais, e que deverá ser também um magnífico berço para os nossos amados filhos.

Nesta linha de pensamento, e como estamos no terreno das indagações, surge outro questionamento: "qual a relação entre

a epopéia da resistência da Lapa e a célebre Boca Maldita?"

Bem, principalmente, porque o idealizador, fundador e presidente nacional da Boca Maldita, Dr. Anfrísio Siqueira, tem suas raízes genealógicas profundamente fincadas no solo lapeano e orgulha-se, com plena razão, de que nada menos de três tios-avós e outros cinco ancestrais, constam entre os 477 heróis que integraram os cinco batalhões patrióticos e cujos nomes gloriosamente figuram hoje em placas de reverente homenagem, no Panteão dos Heróis da Lapa.

Igualmente, o presidente da Boca Maldita da Lapa, o ilustre vereador Arthur Oscar Vidal Moreira ufana-se de ter três componentes da família Moreira, citados entre aqueles 477 audazes combatentes e, além disso, a Boca Maldita da Lapa foi fundada em 09/03/1992, exatamente para cultuar o magno evento histórico da resistência da Lapa.

A ambos os dignos presidentes da Boca Maldita, o Nacional e o da Lapa, agradeço comovidamente a insigne homenagem de que hoje fui alvo, no dia em que se comemora o 1º Centenário da Resistência da Lapa, constante de uma significativa placa de comenda da Boca Maldita da Lapa.

É oportuno lembrar, neste instante, que a denominação "Boca Maldita" tem como um dos seus muitos sinônimos "Boca da Revolta", no bom sentido da inconformidade contra a submissão incondicional, contra as verdades fabricadas, contra a opressão, contra a bajulação, contra a demagogia, contra a corrupção, enfim contra o domínio da farsa; da mentira, da prepotência e da desonestidade.

Este fascinante campo da luta das idéias, e da defesa do Bem, da Verdade e da Justiça, produziu imortais heróis da humanidade, como Lincoln, Ghandi, Kennedy, Luther King e tantos e tantos outros.

Por isso Sidney Hook em seu livro "The Hero And Democracy", afirma que "em uma democracia, os heróis devem ser as grandes

figuras do "Panteão do Pensamento", os homens de idéias geniais, de potente visão social, de criativas realizações científicas e raro talento artístico". Pois são estes, no seu entender, os homens que dão forma e conteúdo aos sublimes ideais e atitudes dos verdadeiros cidadãos e dos autênticos líderes".

Nesse sentido afirma A. M. Schlesinger Jr. em sua obra "The Decline of Greatness".

"Se uma sociedade perdeu sua admiração e inclinação por heróis, e sua habilidade para produzi-los, é bem possível que já tenha perdido tudo o mais".

Eis aí a teia espiritual de ideais que une a epopéia da resistência da Lapa e a existência da Boca Maldita, que hoje engalana-se para comemorar o centenário desse magno evento histórico.

Os imortais heróis lapeanos do passado cumprem, portanto, mais essa nobre missão, qual seja a de inspirar a Boca Maldita a estimular e encorajar a formação de heróis do presente, que assumam e defendam, com o risco da própria vida, os sacrossantos ideais de Liberdade, Verdade, Justiça e Honra, seja no campo do pensamento, seja nos campos de batalha.

Assim, portanto, os que hoje acorremos aos altares da História, erigidos nesta cidade, para comemorar condignamente o centenário da heróica resistência da Lapa, não estamos aqui apenas para revolver as cinzas do passado mas, antes de tudo, para reavivar, sob elas, as centelhas ainda faiscantes, transformando-as nas rubras labaredas dos ideais de Liberdade, Justiça e Honradez, que deverão inflamar o coração e a mente das novas gerações de brasileiros, conduzindo a nossa estremecida pátria aos seus gloriosos e fulgurantes destinos.

IVO ARZUA PEREIRA
Provedor da Santa Casa de
Misericórdia de Curitiba e
Cidadão Honorário da Lapa